

AGROPALMA S/A

mercadorias e sucatas ocorre, mais precisamente, quando:

- (i) o valor das vendas é mensurável de forma confiável;
- (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos, em respeito à transação, possam ser mensurados de maneira confiável;
- (iii) seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e,
- (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

(c) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida *pro-rata die* pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3.2 Ativos financeiros
Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros da Companhia correspondem, basicamente, a empréstimos e recebíveis (caixa e equivalentes de caixa/aplicações financeiras e contas a receber).

(a) Empréstimos e recebíveis
São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras e caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

2.3.3 Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros da Companhia correspondem basicamente a outros passivos financeiros (empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar).

(a) Outros passivos financeiros
Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

2.3.4 Estoques
Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

2.3.5 Imobilizado
Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e as taxas de depreciação. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, no exercício de 2010, a Administração revisou suas estimativas referentes ao desgaste do imobilizado e alterou as taxas de depreciação de alguns grupos de bens, em consonância com a vida útil.

No exercício corrente, a Administração entende que não houve mudanças significativas na vida útil dos bens, mantendo-se as taxas definidas no exercício de 2010.

2.3.6 Ativo biológico
É registrado pelo custo de aquisição deduzido de depreciação apurada pelo método linear. Por não haver um mercado ativo para definição do valor justo das culturas de palma, a Administração entende que não é possível estimar o fluxo de caixa com precisão em função de diversas variáveis que podem afetar a produção e qualidade genética a médio e longo prazo, tais como: volume pluviométrico, déficit hídrico, diversidade de material genético e suscetibilidade a pragas.

2.3.7 Ativo intangível
O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na nota explicativa nº 10.

2.3.8 Ativo diferido
O diferido é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na nota explicativa nº 11. A manutenção do ativo diferido é permitida pelo CPC 13 – Adoção Inicial, tendo caráter de transição até a total amortização desses saldos.

2.3.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis
No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

No exercício de 2014, a Administração entende de que não há indicação de que seus ativos sofreram alguma perda.

2.3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente
O imposto de renda e a contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Esses tributos são calculados com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.3.11 Impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes

usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.3.12 Benefícios a empregados
Um passivo de benefícios a empregados é registrado conforme remuneração negociada e demais obrigações legais, previstas na legislação, no período em que os serviços relacionados são prestados.

2.3.13 Provisões
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.3.14 Demonstração do resultado abrangente
A demonstração do resultado abrangente não foi elaborada para os exercícios findos em 2014 e 2013, porque a Companhia não registrou outros eventos abrangentes que exigissem a sua elaboração.

3 ESTIMATIVAS
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, perdas de desvalorização de estoques, provisão para processos judiciais e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas contábeis com base nessas premissas, anualmente.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo seu valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Descrição	2014	2013
Caixas	5	6
Bancos conta movimento	88	118
Aplicação financeira(a)	920	11
Total	1.013	135

(a) Os retornos dos investimentos em aplicações financeiras obtidos no ano de 2014 foram de aproximadamente 3,29% a.a.

Os investimentos em aplicações financeiras são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez, o que minimiza o risco de realização desses valores.

5 ESTOQUES
Os estoques compreendem basicamente material de consumo. A Companhia produz frutos de dendê, que é vendido imediatamente após a colheita, logo não há saldo em estoque de frutos.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	2014	2013
INSS a compensar	1	1
Imposto de renda a recuperar	-	209
Contribuição social a recuperar	-	76
COFINS a compensar	1.364	-
PIS a compensar	275	-
ICMS a compensar	4.259	3.653
Outros impostos a recuperar	252	252
Total	6.151	4.191

Os créditos federais são realizados mediante compensação com outros impostos e contribuições da mesma esfera. Os créditos de ICMS decorrem da compra de insumos, fertilizantes e compra de bens para o ativo imobilizado.

7 CRÉDITOS FISCAIS

Descrição	2014	2013
ICMS a compensar	517	384
IRPJ diferido	4.318	4.318
CSLL diferida	1.555	1.555
Total	6.390	6.257

8 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Descrição	2014	2013
Certificado de investimentos - FINAM	927	927
Provisão para perdas - FINAM	(881)	(881)
Total	46	46

A provisão para desvalorização dos investimentos em Incentivos Fiscais – Finam foi realizada em 2012 em função da desvalorização das ações no mercado na estimativa de 95% do valor nominal.